

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: abril de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

BC avalia medida que preserva status de risco de produtor - Sítio Eletrônico da CNA - 01/04/2009).....	4
Câmara aprova mais socorro ao campo – MAuro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 02/04/2009	5
Propostas para uma reforma do sistema financeiro internacional – Carta Maior – 07/04/2009	6
CNA sugere medidas para reduzir custos do produtor para próxima safra - Sítio eletrônico da CNA - 07/04/2009 Agência CNA.....	8
Bancos privados assumem compromisso com a sustentabilidade ambiental – Suelene Gusmão - Sítio Eletrônico do MMA – 07/04/2009	10
Sistema bancário do Brasil contribui para a exclusão social – Carta Maior – 08/04/2009	12
PGFN e Banco do Brasil assinam contrato para cobrança de R\$ 8,2 bilhões - Sítio Eletrônico da CNA - 08/04/2009.....	13
Dívida rural com União terá desconto de até 70% - Eduardo Cucolo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/04/2009.....	14
Nova portaria da Fazenda ajuda devedor – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009	16
Governo pagará seguro a agricultores que perderam safras – sítio eletrônico da contag – 13/04/2009	17
Investimentos do Pronaf contam com garantia de preços – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2009	18
Agricultores inscritos na Dívida Ativa poderão renegociar – Sítio eletrônico do MDA – 15/04/2009	19
CMN define novas regras de crédito para setor rural – Sítio eletrônico do MAPA – 16/04/2009	20
Novas regras alteram dívida, modificam contrato de opção e criam LEC – Sítio eletrônico do MAPA – 16/04/2009	21
Prazos para pagamento de operações de crédito rural são alterados – sítio eletrônico da CNA – 17/04/2009	22
Agronegócio terá crédito subsidiado de R\$ 12 bilhões – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2009	23
Governo anuncia socorro de R\$ 12,6 bilhões ao campo – Agnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios – 17/04/2009	24
Lula quer rapidez em crédito para agronegócio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2009	26
Socorro a agroindústria deve sair em até 60 dias – Valor Econômico – Agronegócio – 20/04/2009	26
0 Agronegócio terá pacote de ajuda de R\$ 10 bilhões – João Domingos – Estado de São Paulo – Economia – 22/04/2009.....	27

Definidos critérios de socorro à agroindústria – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 23/04/2009	28
Agrishow começa com boicote e crítica ao sistema de crédito rural – Roberto Madureira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/04/2009.....	29
BNDES e BB se preparam para demanda de usinas – Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009	30
Empresas encontrarão barreiras – Monica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009	32
Novos prazos para renegociação das operações de crédito rural – Sítio Eletrônico da CNA – 30/04/2009	32
Agricultores familiares vão às ruas e reivindicam garantia de renda e renegociação de dívidas - Sítio Eletrônico da Fetraf – 30/04/2009.....	35
Agricultores pedem financiamento de safra – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/04/2009.....	38
BNDES detalha linhas para o setor rural – Rafael rosas – Valor Econômico – Agronegócios – 30/04/2009	40

BC avalia medida que preserva status de risco de produtor
- Sítio Eletrônico da CNA - 01/04/2009)

Valor Econômico

O Banco Central avalia transformar em uma regra obrigatória a resolução que orienta as instituições financeiras a manter, e não a rebaixar automaticamente, a classificação de risco das operações de crédito rural renegociadas por iniciativa do governo. A medida pode elevar a oferta de crédito bancário ao setor, já que haveria menos necessidade de manter grandes reservas contra riscos de calotes dos produtores nos bancos. "Vamos ver se o Banco Central tem poder de obrigar", afirmou ontem, em audiência pública no Senado, o diretor de Liquidação e Desestatização do BC, Antonio Gustavo Matos do Vale.

As principais lideranças ruralistas afirmam que a medida do BC seria mais importante do que uma eventual elevação do volume de crédito para a safra 2009/10. "Não me preocupo com crédito, mas com as condições de adimplência porque 60% dos produtores não têm como tomar empréstimos novos", disse a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A confederação dos trabalhadores (Contag) também concorda: "Mais do que crédito, precisamos de preços e juros baixos", disse o secretário de Finanças, Juraci Souto.

Os bancos têm rebaixado de forma automática o risco de crédito dos clientes que renegociam suas dívidas. As instituições alegam que a Resolução nº 2682 do BC traz essa indicação. Aos senadores da Comissão de Agricultura, o diretor do BC informou que uma resolução posterior (nº 3499) já havia incluído as operações de crédito rural na orientação geral para evitar o rebaixamento do riscos individuais. "Essa resolução diz claramente que estão incluídas as operações de crédito rural. Sem dúvida nenhuma, era essa a intenção", disse Matos do Vale.

Na audiência, marcada pela baixa participação de senadores, os representantes do setor rural lançaram as bases de uma proposta para uma nova renegociação das dívidas rurais. "Todo mês o Conselho Monetário Nacional aprova sete ou oito votos para prorrogar algumas dívidas e não tem adiantado", reclamou a senadora. "Não é discurso de oposição, de ataque ao governo, mas não há mais o que fazer". A presidente da CNA lembrou que o setor passou por três safras (2003 a 2006) com câmbio descasado entre os momentos de plantio e colheita, além dos efeitos climáticos negativos em lavouras do Sul do país. E pediu aos colegas: "Temos que paralisar a votação, obstruir a pauta e resolver a situação."

Para reforçar a tese da urgência de medidas de socorro do governo ao setor, o economista e professor Guilherme Leite Dias, agora também consultor da CNA, fez previsões alarmantes sobre as dificuldades da agropecuária nos próximos meses. Em audiências no Senado e na Câmara dos Deputados, Dias afirmou que o setor entra na crise financeira global fragilizado pela elevação da inadimplência nos últimos três anos e

comprometido pela falta de capital de giro, derivada da perda de poder de compra e da produtividade em baixa na atual safra.

A inadimplência nos bancos fechou em 12% no ano passado, mas deve ultrapassar 15% antes da safra de verão, segundo Dias. "Não faz sentido bater recordes de produção sem oferta de crédito. Não é bom negócio produzir mais, sobretudo para a exportação", afirmou. "Isso porque a demanda mundial está em baixa, o nível de atividade dos países emergentes deve declinar muito nos próximos seis meses e os preços podem derreter ao longo do ano", disse.

Espécie de "guru econômico" no setor, Dias afirmou que se os produtores do Hemisfério Norte plantarem "um pouco mais", o Brasil enfrentará um "cenário ruim" no segundo semestre deste ano. "O câmbio é confortável, com tendência de alta, mesmo com preços de commodities em baixa. Mas as tradings estão em situação de risco, a renda desaba no mundo e a Rússia e a China [principais compradores do agronegócio nacional] reduziram preços e demanda", disse. Para ele, "não tem sentido dizer que todos devem pagar agora" suas dívidas. "É preciso acenar aos bancos que vamos pensar numa saída, que vem um tipo de renegociação para criar horizontes".

Câmara aprova mais socorro ao campo – MAuro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 02/04/2009

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira um novo pacote de auxílio financeiro a agroindústrias, cooperativas e produtores rurais proposto pelo Ministério da Fazenda.

O projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 445 autoriza a concessão de subsídios às taxas de juros das linhas de financiamento de capital de giro para agroindústrias, cooperativas e indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas. Também permite a subvenção aos juros de financiamentos de estocagem ("warrantagem") de etanol pelas usinas, destilarias e cooperativas.

As medidas incluídas na chamada "MP da Caixa", e que ainda dependem da aprovação do presidente Lula, devem ajudar o governo a socorrer frigoríficos e usinas de etanol em sérias dificuldades financeiras. Para os frigoríficos, o governo reservaria uma linha de financiamento de capital de giro. O segmento de bovinos afirma necessitar de R\$ 1,6 bilhão. As usinas já ganharam uma linha de R\$ 2,5 bilhões para custear a estocagem da produção, a partir de maio. Os recursos para bancar a equalização dos juros sairão do orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

O novo pacote rural também inclui a permissão para o lançamento de contratos de opção (públicos e privados) com margens superiores aos preços mínimos de garantia previstos em lei. O governo poderá, agora, cobrir os custos de carregamento dos estoques e

do frete para transporte a armazéns da Conab. Além disso, a nova lei autorizará o governo a embutir nos contratos de opção as expectativas de preço no mercado futuro e a necessidade de estímulo ao plantio de cada produto.

As medidas do pacote também alongam o prazo de pagamento das dívidas do Funcafé, permitem alterações na prestação anual e a conversão dos débitos em sacas de café. Também ampliam o prazo de renegociação das dívidas do cacau e inclui dívidas com risco de bancos públicos. Permitem a conversão das dívidas com o FAT para os fundos constitucionais e suspendem execuções judiciais durante a renegociação. As regras autorizam a repactuação de débitos de produtores inscritos no cadastro de inadimplentes (Cadin) com bancos federais. Também ampliam até 30 de junho de 2009 o prazo de renegociação de todas as operações feitas com risco da União e dos fundos constitucionais.

Propostas para uma reforma do sistema financeiro internacional – Carta Maior – 07/04/2009

Na recente reunião de cúpula do G20, em Londres, a Coalizão Global para o Crédito Responsável apresentou uma proposta de mudança no sistema financeiro internacional. Articulação de entidades em defesa de serviços financeiros mais justos e contra o super endividamento dos cidadãos, a Coalizão defende um sistema financeiro coerente com objetivos democráticos, com a estabilidade financeira e a justiça social.

Redação - Carta Maior

A Coalizão Global para o Crédito Responsável, uma articulação de entidades que defende o acesso a serviços financeiros mais justos, conclamou os líderes do G20, na recente reunião de cúpula realizada em Londres, a criar um sistema financeiro "que valha a pena salvar". A *Debt on our Doorstep* (1), com o apoio no Reino Unido dos sindicatos UNITE e PCS, da *New Economics Foundation*, *Church Action on Poverty*, a *National Housing Federation*, o ex-ministro e presidente do Partido Trabalhista, Ian McCartney, da Coligação Européia por Crédito Responsável (2), da *U.S National Community Reinvestment Coalition* (3), e parceiros em vinte outros países, divulgaram um comunicado defendendo que o G20 se comprometa com reformas profundas no sistema financeiro. Essas organizações apresentaram as seguintes propostas:

1. Concordar em colocar os provedores de serviços financeiros sob um “dever de exercer a responsabilidade no domínio dos serviços financeiros”. Os prestadores de serviços financeiros devem ser obrigados a assinar uma carta de princípios claros de responsabilidade e de transparência e ter mecanismos para garantir que esses princípios orientem o seu comportamento na prática. As políticas de remuneração precisam ser

reavaliadas à luz dessa ambição. A responsabilidade deve incluir uma exigência aos provedores de serviços financeiros de considerar adequadamente as necessidades de todos os agregados familiares, incluindo aqueles com baixos rendimentos, na concepção de produtos financeiros.

2. Garantir que o investimento no sistema bancário do contribuinte seja transformado em uma verdadeira ajuda para as pessoas em dificuldades financeiras, ao acordar ações para forçar os mutuários a oferecer reprogramações do débito de famílias em dívida de longo prazo a taxas razoáveis.

3. Comprometer que serão tomadas novas medidas para parar as reapropriações de casas e garantir que os mutuários hipotecários ofereçam preços acessíveis para pessoas em situação líquida negativa, e / ou empréstimos hipotecários em atraso, e trabalhar para a habitação estabilizar os custos a longo prazo através do aumento da oferta de habitação acessível

Ao apresentar essas propostas, o presidente do *Debt on our Doorstep*, Damon Gibbons, comentou:

"Os prestadores de serviços financeiros se envolveram em empréstimos irresponsáveis, tornando as hipotecas de casas cada vez mais vulneráveis aos choques econômicos e sobrecarregaram as pessoas com níveis insustentáveis de endividamento. Pedimos ao G20 um sinal decisivo para romper com a ganância e a irresponsabilidade que causaram a atual crise e tomar medidas para assegurar que o investimento no sistema bancário do contribuinte seja agora usado para criar um sistema que beneficie as pessoas".

Apoiando o trabalho da Coalizão Global, Andy Case, Secretário Nacional da UNITE, o maior sindicato do Reino Unido, com 2 milhões de membros, incluindo 178 mil que trabalham no setor financeiro, disse:

"A situação atual constitui uma oportunidade para se reconstruir um sistema financeiro que suporte uma perspectiva de longo prazo e seja coerente com objetivos democráticos, com a estabilidade financeira e a justiça social."

Notas

(1) *Debt on our Doorstep* é uma coligação de agências britânicas formada em 1999, em campanha para o acesso universal a serviços financeiros justos. Foi criada com o apoio da *Church Action on Poverty*, *Citizens Advice Scotland*, *Oxfam*, e pela *National Housing Federation* e tem mais de 100 agências locais de apoio, incluindo grupos religiosos, sindicatos de crédito, e agências de aconselhamento de dívidas. Damon Gibbons pode ser contactado no telefone 07961869473.

(2) A Coligação Europeia para o Fundo de Crédito foi criada em 2006 para promover princípios do crédito responsável e justiça financeira. É apoiada por 50 consumidores e organizações não governamentais, e mais de 100 representantes e associações de indivíduos de círculos acadêmicos, que representam mais de 30 países em

todo o mundo. Detalhes disponíveis em www.responsible-credit.net incluindo os Princípios de Crédito Responsável, a Declaração da Coligação sobre a crise e a Declaração assinada pelos participantes da conferência internacional na capital britânica em novembro passado.

(3). A National Community Reinvestment Coalition é uma associação de mais de 600 organizações de base comunitária estadunidenses que promovem o acesso aos serviços bancários básicos, incluindo crédito e poupança, para criar e manter preços acessíveis em habitação, emprego e desenvolvimento vibrantes nas comunidades. A NCRC publicou recentemente propostas para um Programa de Emergência de Empréstimos, que utilizaria fundos federais para a compra securitizada de empréstimos com desconto, para garantir que o encargo para resolver a crise seja compartilhado entre os agentes do mercado.

CNA sugere medidas para reduzir custos do produtor para próxima safra - Sítio eletrônico da CNA - 07/04/2009 Agência CNA

Reclassificação dos riscos de inadimplência das operações de crédito rural para níveis menores, queda dos juros das exigibilidades bancárias, isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o crédito rural, subvenção ao frete da produção, redução do preço do óleo diesel e fim da cobrança do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre a importação de fertilizantes. Estas medidas foram sugeridas hoje (7/4), pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para discutir a antecipação de recursos para o Plano Safra 2009/2010. Segundo ela, estas medidas ajudariam a dar fôlego ao produtor na próxima safra, que começa em junho, enquanto setor produtivo, governo e Banco do Brasil discutem a reformulação de um novo modelo de política agrícola, que seria implantado em médio prazo.

“Queremos discutir estas medidas com o ministro da Agricultura (Reinhold Stephanes) e levá-las ao presidente Lula. Precisamos de mecanismos de garantia de renda”, disse a senadora. “Não adianta continuarmos em uma atividade onde não temos segurança de que vamos pagar nossas contas. O produtor não forma preço. Ele é tomador e a sociedade tem de entender isso. Quando estabelecem o preço do produto, o custo de produção não é levado em consideração”, completou Kátia Abreu na audiência pública.

Segundo ela, apesar de o setor necessitar de um volume de recursos de mais de R\$ 150 bilhões para o período 2009/2010, uma das principais preocupações é a elevação do risco de inadimplência das operações de crédito, que tem impedido o acesso a novos

financiamentos. Isso porque, quanto mais alto o risco, maior é a dificuldade de obtenção de empréstimos, conforme previsto na Resolução 2682, do Conselho Monetário Nacional, de 1999.

No entanto, outra resolução, a 3499, de 2007, flexibilizou a regra e facultou a classificação para níveis de menor risco, desde que os produtores que renegociaram suas dívidas se mantenham na atividade. Contudo, o problema, na avaliação de Kátia Abreu, é que os bancos têm dificultado esta flexibilização. Ela também sugeriu a criação de um fundo para assumir os riscos das operações repactuadas no âmbito da lei geral de renegociação, a 11.775/08, para que o dinheiro provisionado pelos bancos represente menos custo para o produtor.

Em relação à redução dos juros das exigibilidades bancárias, que são as parcelas dos depósitos destinadas ao crédito rural (30% dos depósitos à vista e 70% da poupança rural), Kátia Abreu quer que a taxa seja reduzida dos atuais 6,75% para 5%. Para Kátia Abreu, há espaço para queda diante da redução da Taxa Selic, que está em 11,25% ao ano.

Quanto ao fim do IOF para as operações de crédito rural, a presidente da CNA explicou que este imposto passou a ser cobrado no ano passado em razão da crise financeira internacional. Segundo ela, esta medida representaria uma economia de R\$ 247 milhões. Outro ponto abordado pela senadora foi a criação de um programa de subvenção ao frete, o que aliviaria os custos para o produtor com a logística, principalmente nos estados mais distantes dos portos, como os do Centro-Oeste. Já em relação ao óleo diesel, Kátia Abreu explicou que uma redução de 23% no preço geraria redução de gastos para o produtor da ordem de R\$ 3,4 bilhões.

Outra ação para diminuir os gastos do setor agropecuário com o custo de produção seria o fim da cobrança do AFRMM, destinado ao financiamento da indústria naval, sobre os fertilizantes, uma vez que 70% destes insumos são importados. Hoje, este percentual é de 25% sobre o frete de produtos que desembarcam nos portos brasileiros. De acordo com a senadora, esta medida representaria US\$ 200 milhões a menos de gastos para a atividade. “Não dá para financiar a atividade naval apenas à custa dos produtores”, afirmou.

Crise interna

Ainda na audiência, Kátia Abreu explicou que a crise vivida pelo setor agropecuário é anterior à crise financeira internacional que começou no fim do ano passado, que resultou na restrição de financiamento para a atividade rural. Segundo ela, o setor ainda vive as seqüelas das safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, que foram as piores para os produtores nos últimos anos. Um dos fatores ocorridos é a frustração de safra decorrente dos problemas climáticos, principalmente nos estados da região Sul e em Mato Grosso do Sul, o que ocasionou perda de 12 milhões de toneladas. Outro motivo mencionado pela senadora foi o aparecimento da ferrugem asiática, doença que atinge as plantações de soja, que afetou 512 municípios e provocou a perda de 10,9 milhões de toneladas, além de ter gerado gasto adicional de quase R\$ 10 bilhões para os produtores para controle da praga.

A presidente da CNA lembrou, ainda, da política de câmbio flutuante, outro agravante do cenário desfavorável para a agricultura. “Nestas três safras, o produtor plantou com dólar alto e colheu com dólar baixo”, argumentou. Outros motivos enumerados pela senadora foram a queda de preços no mercado interno e o aumento dos estoques mundiais. Durante este período, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve perda de R\$ 23,8 bilhões, disse Kátia Abreu.

Ausências

O participante mais esperado na audiência pública, realizada por requerimento de autoria de Kátia Abreu, era o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que não compareceu e foi representado pelo diretor de Fiscalização da autarquia, Alvir Alberto Hoffmann. Pelo Banco do Brasil, participou o gerente-executivo da Diretoria de Crédito, Ewerton Gonçalves Chaves. Também estiveram nas discussões o diretor de Programas do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, e o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris.

Bancos privados assumem compromisso com a sustentabilidade ambiental – Suelene Gusmão - Sítio Eletrônico do MMA – 07/04/2009

Empresas e empreendimentos brasileiros que dependem de financiamento bancário para suas atividades econômicas, terão, a partir de agora, que comprovar que estão empenhadas em desenvolver políticas socioambientais. Isto significa respeito aos direitos humanos e trabalhistas, preservação da biodiversidade, valorização da diversidade das culturas locais, redução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda. A exigência está contida no Protocolo de Intenções assinado nesta terça-feira (7) entre o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa. Presente à cerimônia de assinatura, o representante do banco Itaú/Unibanco, Ricardo Terenci.

O documento, chamado de Protocolo de Intenções Socioambientais, é composto por mais 10 princípios e diretrizes dos já contidos no Protocolo Verde. A adesão dos bancos privados ao pacto socioambiental amplia para sete o número de pactos multissetoriais assinados no último ano entre o MMA e setores produtivos com a intenção de promover a proteção ao meio ambiente. Entre eles, o pacto com os bancos públicos que suspenderam a liberação de crédito para empreendimentos insustentáveis.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, considerou o fato de os bancos incorporarem, formalmente, o critério socioambiental em seus empréstimos como um "sinal dos tempos histórico". Ele explicou que há cerca de 20 anos quem lutava pelo meio ambiente, como ele, jamais poderia imaginar estar assinando um protocolo para defesa do meio ambiente

com bancos, que tinham imagem de só pensarem no lucro. "É um sinal dos tempos que precisa ser comemorado", disse. De acordo com Minc é uma luta que ganhou a adesão de um dos setores mais poderosos de nossa economia.

O presidente da Febraban afirmou estar convicto de que meio ambiente e desenvolvimento não são excludentes. Segundo ele, a sociedade vem clamando por atitudes como a estabelecida no protocolo. Fábio Barbosa disse estar ciente da importância da participação dos bancos na conservação dos recursos naturais, em função da grande rede de relacionamento que estas instituições mantêm com toda a sociedade. "Com este pacto, todos saem ganhando. Em nossas análises de crédito damos grande importância aos empreendimentos que poluem menos e emitem menos gás carbônico", disse. Barbosa explicou que os bancos não irão simplesmente descartar os clientes, mas ajudá-los a readaptar seus negócios transformando-se em iniciativas sustentáveis. Ele lembrou que outros bancos privados já vêm apoiando projetos socioambientais há algum tempo.

Entre as cláusulas do protocolo de responsabilidade socioambiental, o gerente do Departamento de Economia do MMA, Shigeo Shiki, destacou o oferecimento de linhas de financiamento e programas que fomentem o uso sustentável do meio ambiente; a consideração dos impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos e a questão da transparência, criando indicadores para a disponibilização de informações sobre o processo.

O primeiro acordo assinado entre o governo federal e a cadeia produtiva para proteção e conservação dos recursos naturais foi com o setor da soja para a não comercialização da mercadoria oriunda de áreas desflorestadas dentro do bioma amazônico. O segundo, pela madeira sustentável. Os empresários também se comprometeram a comercializar apenas produtos que, em seus processos de fabricação, garantam o cumprimento de direitos sociais e preservação dos recursos naturais. Outros pactos foram firmados com os setores da mineração e exportadores de carne.

Saiba

Mais

O Protocolo Verde é uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável firmada por bancos oficiais em 1995 (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil) na qual se propõem a empreender políticas e práticas que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras. [Veja aqui documento.](#)

Em junho de 2004, foi instituído pelo Ministério da Fazenda Grupo de Trabalho, denominado "Crédito ao desenvolvimento sustentável", com o objetivo de formular mecanismos normativos para a inclusão de critérios de desenvolvimento sustentável em fundos e sistemas de créditos do governo federal e de revisar a implementação do Protocolo Verde, elaborando proposição de estratégias para a sua reestruturação e efetivação, por meio de compromissos entre as agências oficiais. [Veja aqui relatório do GT.](#)

Em agosto de 2008 os bancos públicos assinaram um novo compromisso fortalecendo os princípios estabelecidos pelo Protocolo Verde em 1995. [Veja aqui documento.](#)

[Protocolo de Intenções - Febraban \(assinado em 7/4/2009\)](#)

Sistema bancário do Brasil contribui para a exclusão social – Carta Maior – 08/04/2009

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que o esvaziamento do Estado no mercado financeiro e a redução da quantidade de bancos em operação nos últimos onze anos contribuir para promover mais desigualdade regional. "Nos últimos dez anos houve uma transferência de recursos que serviam de crédito para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil para uma maior concentração na região Sudeste", destaca Marcio Pochmann, presidente do instituto

Redação - Carta Maior (*)

A íntegra deste estudo está disponível na [página do IPEA.](#)

O Brasil tem um sistema bancário incompleto, que contribui para a concentração de riqueza e aumento da exclusão social. É o que mostra o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgado por meio do Comunicado número 20 da presidência do instituto apresentado pelo presidente Marcio Pochmann em coletiva à imprensa realizada terça-feira (7), na sede do Ipea em Brasília.

Denominado "Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise" o estudo mostra que o esvaziamento do Estado no mercado financeiro brasileiro em nada beneficiou a inclusão social e a popularização bancária. A redução da quantidade de bancos em operação nos últimos onze anos contribuiu ainda para promover mais desigualdade regional. "Nos últimos dez anos houve uma transferência de recursos que serviam de crédito para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil para uma maior concentração na região Sudeste", apontou Pochmann.

Segundo o estudo, "ao contrário dos Estados Unidos, que combinou a redução na quantidade de bancos com ampliação do número de agências bancárias, o Brasil apresentou diminuição na quantidade tanto de bancos como no número de agências."

Em 2007, por exemplo, o país possuía somente 156 instituições bancárias, enquanto a

Alemanha registrou 2.130 bancos e os Estados Unidos 7.282 bancos. A principal fase de redução da presença dos bancos públicos no Brasil ocorreu entre 1995 e 2001, com uma breve interrupção entre 2001 e 2003, quando voltou novamente a perder importância relativa no total de ativos bancários. Em 2007, o Brasil tinha menos agência por brasileiro do que na década de 80, quando havia, para cada agência, cerca de 8 mil brasileiros.

A diferença regional indicada no estudo é alarmante quando se pensa em desenvolvimento de médio e longo prazo no país. "Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, a relação da população por agência chega a ser quase três vezes maior do que nas regiões Sul e Sudeste". Entre 1996 e 2006 as três regiões acumulam uma perda de 41,4% na participação relativa no total de crédito.

O estudo observa que houve avanço da experiência brasileira de popularização de serviços bancários por intermédio das operações de correspondentes não bancários. "No ano de 2008, por exemplo, o Brasil registrou a presença de 84,3 mil correspondentes bancários operados em locais não bancários como padarias, postos lotéricos, correios, farmácias, entre outros".

Esses avanços, no entanto, não são ideais. "O Brasil precisa avançar rapidamente do ponto de vista da popularização dos bancos", defendeu Pochmann. Ele considera que a constituição de novos bancos, "bancos comunitários como existem nos Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, ajudaria não apenas a difundir o crédito, mas torná-lo mais acessível à população que se encontra fora do sistema bancário".

PGFN e Banco do Brasil assinam contrato para cobrança de R\$ 8,2 bilhões - Sítio Eletrônico da CNA - 08/04/2009

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Banco do Brasil assinaram nesta quarta-feira (8/4), em Brasília, contrato para cobrança de dívida ativa da União, proveniente de crédito rural. O montante estimado da carteira é de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, referentes a 57,6 mil inscrições de 49,2 mil devedores. As dívidas poderão ser liquidadas à vista ou parceladas em até 10 anos, com descontos progressivos de acordo com a Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Para isso, a PGFN publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, a Portaria nº 643/2009, que determina que a adesão aos benefícios previsto na Lei nº 11.775/2008 deverá ser efetuada até 30 de junho de 2009, no caso de renegociação, e até 30 de dezembro de 2009, no caso de liquidação.

O pedido tem de ser formulado junto à central de atendimento pelos telefones: nas capitais e regiões metropolitanas: 4003 0494 e nas demais localidades: 0800 880 0494, sendo que vale para os débitos originários de operações de créditos rurais inscritos até 29 de maio de 2009 em dívida ativa da União.

No caso de parcelamento o valor da parcela será acrescido de taxa Selic e a concessão da renegociação independerá de apresentação de garantias ou de inclusão de bens.

A consolidação dos débitos incluirá todas as inscrições originárias de operações de crédito rural existentes em nome do devedor no mês do pedido de adesão aos benefícios da portaria. Se após a efetiva adesão à liquidação ou à renegociação surgirem, até 29 de maio de 2009, novas inscrições originárias de operações de crédito rural em nome do devedor, este poderá solicitar nova liquidação ou renegociação.

Dívida rural com União terá desconto de até 70% - Eduardo Cucolo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/04/2009

Decisão do governo abrange pouco mais de R\$ 7 bi e 49,2 mil agricultores

Renegociação faz parte de medida aprovada pelo Congresso Nacional no fim de 2008; débitos podem ser parcelados em até dez anos

O governo federal dará descontos de até 70% para o pagamento de dívidas de produtores rurais com a União. A renegociação abrange R\$ 7,2 bilhões e 49,2 mil devedores. A medida faz parte da renegociação das dívidas rurais incluída na lei nº 11.775, aprovada pelo Congresso no final de 2008.

Esse é o segundo parcelamento de dívida com condições especiais que o governo concede neste ano. No mês passado, começou a valer o parcelamento para pessoas físicas ou empresas com dívidas de até R\$ 10 mil com a União, vencidas até 31 de dezembro de 2005.

Os pequenos devedores de débitos que venceram antes de dezembro de 2002 foram perdoados, uma vez que já estariam prescritos devido ao prazo de cinco anos. O perdão e o parcelamento das dívidas não contam com a simpatia da Receita. A secretária Lina Maria Vieira já disse que o perdão das dívidas faz com que o contribuinte que paga suas obrigações em dia se sintam um "otário".

O advogado Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie, discorda da secretária. "A frase da Lina Maria Vieira, que considero uma boa secretária da Receita, é mais uma frase de efeito psicológico do que uma representação da realidade."

Segundo Gandra, "no dia em que tivermos uma política tributária justa, não teremos mais necessidade de parcelamentos nem do perdão de dívidas". Ele entende que a carga tributária brasileira, superior à dos Estados Unidos, à da China e à do Japão, é inadequada ao nível de desenvolvimento do país.

Para o professor, a maior parte dos contribuintes que deixa de pagar suas dívidas é composta de pequenas e médias empresas, que não têm condições de competir com as grandes e não têm condições de acesso facilitado ao crédito.

Gandra diz que perdão de dívida e facilidade de pagamento a contribuintes inadimplentes não é privilégio do atual governo. "Desde 1958, quando comecei a advogar, até hoje, não houve nenhum governo que não tenha dado parcelamentos a devedores."

Quem pode aderir

No caso dos produtores, podem aderir ao parcelamento todos os que tenham débitos inscritos na dívida ativa da União -não entram as dívidas bancárias, cuja renegociação é feita diretamente com as instituições financeiras. Na prática, vale a dívida em cobrança na Justiça pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) até 29 de maio deste ano.

As dívidas podem ser pagas à vista ou em até dez anos. No último caso, o pagamento pode ser semestral ou anual. Quem pagar à vista terá desconto maior. No parcelamento, além do desconto menor, a dívida será corrigida pela taxa Selic.

Os descontos variam também de acordo com o valor da dívida. Para quem deve até R\$ 10 mil, por exemplo, o desconto é de 70% no pagamento à vista e de 65% no parcelamento. Dívidas acima de R\$ 200 mil têm descontos de 38% e 33%, respectivamente, além de redução extra de R\$ 19,2 mil.

De acordo com a PGFN, o desconto médio esperado no pagamento é de 51%, o que significaria perdão de R\$ 4,1 bilhões, caso o cálculo seja confirmado. A adesão ao parcelamento deve ser feita até 30 de junho. Quem quiser pagar à vista pode liquidar a dívida até 30 de dezembro. O pedido deve ser feito ao Banco do Brasil.

Conclusão

Na semana passada a PGFN concluiu o processo de perdão de dívidas não rurais com a União no valor de até R\$ 10 mil. O benefício se estendeu a 1,156 milhão de contribuintes, cerca de um terço do total de devedores que estão hoje na dívida ativa da

União. São 800 mil empresas e 356 mil pessoas físicas. Ao todo, foram perdoadas dívidas no valor de R\$ 3 bilhões, de um total de R\$ 654 bilhões.

Nesse caso, o perdão havia sido concedido pela medida provisória nº 449, editada no final do ano passado. O benefício vale apenas para as dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2002. Já o valor de R\$ 10 mil considera a atualização do débito até dezembro de 2007.

Por enquanto, apenas quem possui dívidas no âmbito da Procuradoria teve a situação fiscal regularizada. O perdão das dívidas relativas à Receita ainda está sendo processado.

Nova portaria da Fazenda ajuda devedor – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009

Produtores rurais cujos passivos tenham sido inscritos na dívida ativa da União até 29 de maio deste ano poderão aderir ao programa de descontos para pagamento à vista e parcelamento em até dez anos. A adesão deverá ser feita até 30 de junho de 2009, no caso de renegociação. Para pagamento à vista, o prazo é até 30 de dezembro. As condições estão na Portaria 643 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União, e regulamentam a Lei 11.775, de 2008. O governo calcula em R\$ 8,2 bilhões o total dessa carteira, montante que poderá ser reduzido a R\$ 4,1 bilhões se for aplicado um desconto médio de 50%.

Uma vantagem importante para os devedores beneficiados é a dispensa de garantia para a adesão. Nos parcelamentos, os pagamentos poderão ser semestrais ou anuais e os descontos serão 5% inferiores aos dados na liquidação à vista, mas incidirá a correção pela taxa de juros Selic nas prestações a vencer.

O diretor do Departamento da Dívida Ativa da PGFN, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, disse que o atraso no pagamento de uma parcela implica rescisão do parcelamento e prosseguimento da execução fiscal. Além disso, fraudes também anulam descontos concedidos. O gerente responsável pelo programa no Banco do Brasil, Flávio Carlos Pereira, esclareceu que são inscritos na dívida ativa apenas as operações que têm risco de crédito para o Tesouro.

Cardoso também informou que, no universo dos R\$ 8,2 bilhões, cerca de 68% são dívidas até R\$ 100 mil. Esse grupo representa aproximadamente 80% dos devedores dessa carteira que tem 49,2 mil inscritos.

Ontem, PGFN e BB assinaram contrato para cobrança de dívida ativa da União, proveniente de crédito rural. O pedido tem de ser encaminhado a uma central telefônica.

Nas capitais e regiões metropolitanas, o número é 4003 0494. Nas demais localidades é 0800 880 0494.

O governo informou que a consolidação dos débitos incluirá todas as inscrições originárias de operações de crédito rural existentes em nome do devedor no mês do pedido de adesão aos benefícios da Portaria 643. Se depois da adesão surgirem novas inscrições, poderá ser pedida nova liquidação ou renegociação, desde que essa inscrição tenha sido encaminhada até 29 de maio.

Governo pagará seguro a agricultores que perderam safras – sítio eletrônico da contag – 13/04/2009

Os 133 mil agricultores familiares do Semi-árido inscritos no Programa Garantia-Safra para a safra 2007/2008 receberão R\$ 220, referentes a duas parcelas a que têm direito, entre os dias 16 e 30 de abril. O programa é um seguro de renda para produtores que tenham perdido pelo menos 50% da produção esperada por causa da seca ou do excesso de chuvas.

Para participarem, os produtores também devem ter renda bruta familiar mensal de até um salário mínimo e meio e plantar entre 0,6 e 10 hectares de culturas não irrigadas de arroz, algodão, feijão, mandioca e milho. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que administra o programa, a novidade é o primeiro lote pago a agricultores que tiveram perdas pelas enchentes.

- A mudança no programa, feita nesse ano, na safra 2008/2009, com ação retroativa, atende uma necessidade do Semi-árido, que nos últimos anos sofre também com o excesso de chuvas - explica a nota do ministério.

De acordo com a coordenação nacional do programa, 159 municípios foram atendidos por perda comprovada na produção da safra passada, sendo 70% deles por excesso de chuvas. Até o fim de julho, quando começa o ciclo 2009/2010, cada agricultor terá recebido R\$ 550 do Garantia-Safra.

Segundo o ministério, cerca de 560 mil agricultores familiares do Semi-árido aderiram ao programa. Além dos estados do Nordeste, ele beneficia agricultores dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais.

Investimentos do Pronaf contam com garantia de preços – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2009

Os agricultores familiares que acessam recursos de investimento do Pronaf já podem se beneficiar de bônus do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). O desconto vale para as atuais 29 culturas incluídas no programa: algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do Brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Esse bônus, que o agricultor já podia acessar para operações de custeio, é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção.

Para as operações de investimento do Pronaf, o bônus poderá ser concedido, bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Na prática, o agricultor de Santa Catarina, por exemplo, que tem a produção de leite como responsável por 35% de sua renda, pode contar com o bônus que, neste mês de abril é de 11,67%, para uma operação de investimento ou de custeio realizada neste ano agrícola. Desta forma, este agricultor familiar que iria pagar a parcela do investimento ou custeio, neste mês, no valor de R\$ 1.000, pagará ao banco R\$ 883,30.

O percentual dos bônus é divulgado por intermédio de Portarias federais, muda a cada mês e de estado para estado. A portaria do PGPAF deste mês foi publicada no último dia 14 de abril. Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de março de 2009 e têm validade para o período de 10 de abril a 09 de maio de 2009.

O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Essa é uma alternativa oferecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para que as famílias rurais não tenham que se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento, quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção.

Bônus de custeio

Este mês, os bônus para os financiamentos de custeio contemplam 11 culturas: algodão em caroço, amendoim, borracha natural, castanha de caju, castanha-do-brasil (com casca), cebola, feijão, leite, mamona, milho e sisal.

A borracha terá bônus em 13 estados, seguida pelo leite, em 11 estados. O produto com maior bônus é a castanha de caju, com 40,80% no Maranhão, onde o preço de mercado

ficou em R\$ 0,74 no estado e o preço de garantia cotou em R\$ 1,25 (diferença de R\$ 0,51).

O segundo maior produto com bônus neste mês é o feijão, com 38,04% de bônus no Piauí, já que o preço médio de mercado do produto ficou em R\$ 49,57 e o preço de garantia cotou em R\$ 80,00 (uma diferença de R\$ 30,43).

Para os financiamentos de leite, os estados do Maranhão e Rio de Janeiro terão os maiores bônus nesta atividade, com 18,33%, já que o preço médio de mercado do produto foi de R\$ 0,49 nos dois estados e o preço de garantia cotou a R\$ 0,60 (diferença de R\$ 0,11).

Cesta

Outra novidade na portaria do PGPAF é que também poderão contar com bônus no Programa aqueles agricultores familiares que têm operações de investimento, cujo principal produto cultivado não alcance 35% da renda, ou para produtos que, hoje, não são amparados pelo Programa de Garantia de Preços na modalidade custeio como, por exemplo, hortaliças.

O bônus diferenciado será possível por meio da Cesta de Produtos, que passou a ser divulgada na portaria do PGPAF a partir deste mês. O cálculo é feito a partir do bônus de referência para operações de custeio dos produtos: feijão, leite, mandioca e milho. Pelo menos um destes produtos precisa ter tido bônus naquele mês.

Na prática, isso significa que um agricultor familiar de Santa Catarina, por exemplo, que financiou um investimento para ajustes na irrigação de hortaliças, com a Cesta de Produtos, terá direito a um bônus de 2,92%, em abril. Assim, caso o valor da parcela seja de R\$ 1.000, serão pagos R\$ 970,80 ao banco.

Tabela dos bônus do PGPAF

Agricultores inscritos na Dívida Ativa poderão renegociar – Sítio eletrônico do MDA – 15/04/2009

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária inscritos na Dívida Ativa da União poderão liquidar suas dívidas à vista ou parceladas em até 10 vezes, com descontos progressivos, de acordo com a Lei de Renegociação 11.775/2008. Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estima-se que o montante proveniente de crédito rural seja de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, referentes a 57,6 mil inscrições de 49,2 mil devedores.

A regulamentação dessa medida ocorreu com a publicação da Portaria nº 643/2009, no dia 1º de abril, e com a assinatura de contrato com o Banco da Brasil, no último dia 8 de abril, para auxiliar na operacionalização da concessão dos benefícios previstos.

Para participar, esses agricultores deverão aderir de 15 de maio a 30 de junho de 2009, no caso de renegociação, e até 30 de dezembro de 2009, no caso de liquidação. Isso vale para débitos originários de operações de créditos rurais inscritos até 29 de maio de 2009 em dívida ativa da União.

Adesão

Os agricultores e assentados nesta situação devem efetuar o pedido junto à central de atendimento do Banco do Brasil pelos telefones 4003-0494 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-880-0494 (demais localidades). Se após a efetiva adesão à liquidação ou à renegociação surgirem, até 29 de maio de 2009, novas inscrições originárias de operações de crédito rural em nome do devedor, este poderá solicitar nova liquidação ou renegociação.

Com informações Ascom PGFN

CMN define novas regras de crédito para setor rural – Sítio eletrônico do MAPA – 16/04/2009

Brasília (16.4.2009) - Novas regras de crédito para o setor rural foram definidas na reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) de hoje. Entre os votos aprovados sob indicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está criação de uma linha de financiamento de até R\$10 bilhões - com taxa de juros de 11,25% ao ano – para incrementar o capital de giro das cooperativas agropecuárias, agroindústrias e indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas.

Com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a linha de crédito terá subvenção econômica da União, sob a modalidade de equalização de taxas de juros. O prazo de reembolso é de até 24 meses, com até 12 meses de carência.

Para evitar a interrupção nas contratações ao amparo dos programas de investimento na virada do Plano Safra, uma nova resolução autoriza a concessão de crédito após a data-limite de 30/6/2009, conforme as condições estabelecidas para a safra 2008/2009.

Financiamento - Outra medida importante é a autorização para que cooperativas tomem emprestado até R\$ 20 milhões para fins de capital de giro não associado a projetos de investimento, não deduzido do limite fixado pelo Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop). A regra, que vale apenas na safra 2008/2009, estipula que esse limite pode ser elevado em até 100% quando destinado a empreendimentos das cooperativas centrais ou que tenham unidades em outros estados. O prazo máximo de reembolso é de 24 meses.

Com a alocação adicional de R\$300 milhões para essa finalidade, o total de recursos no Prodecoop aumenta de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 2 bilhões.

Para os médios produtores, que se enquadram como beneficiários do Proger Rural, foi elevado o volume de recursos para financiamento no âmbito Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). O valor subiu dos atuais R\$ 500 milhões para R\$ 550 milhões. (*Débora Pinheiro*)

Leia as resoluções do CMN:

A [Resolução 3.714](#), sobre linha de financiamento, e o Voto 4 do CMN sobre linha de crédito para financiar capital de giro das agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas.

A [Resolução 3.713](#), sobre ajustes nos programas de investimento agropecuário e concessão de Linha especial de Crédito (LEC) para avicultura de corte e suinocultura em regime de parceria.

Novas regras alteram dívida, modificam contrato de opção e criam LEC – Sítio eletrônico do MAPA – 16/04/2009

Brasília (16.4.2009) - Entre as regras definidas na reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), nesta quinta-feira (16), estão medidas relativas à dívida rural, o cálculo do preço mínimo para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda e a criação de uma linha especial de crédito (LEC) destinada à avicultura de corte e suinocultura em regime de parceria.

A Medida Provisória 445, convertida na **Lei 11.922**, altera os prazos para renegociação das dívidas rurais para as operações de Securitização, do Recoop, com recursos do Funcafé - Dação, Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e do Pronaf. Os produtores terão até 30 de junho de 2009, para pagar o total da dívida ou a parcela mínima exigida como condição para renegociação, com os descontos previstos para 2008. Até 31 de agosto de 2009, os bancos deverão formalizar as renegociações e informar ao governo o número de contratos repactuados e os montantes envolvidos nas renegociações e nas liquidações de que trata esta resolução.

A Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009 autorizou o CMN a definir os limites e a metodologia para o cálculo do preço de exercício para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda, nos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Entre as alterações aprovadas está a margem adicional de até 10% na definição do preço mínimo para a safra vigente, conforme as necessidades do mercado e de comercialização.

Instrumentos governamentais de promoção e sustentação de preços agrícolas no País, os contratos de opção de venda representam uma garantia de preço e visam sinalizar a tendência do preço futuro de mercado para os produtores. Por meio do contrato de opção, o governo indica ao mercado uma expectativa de preços, com o objetivo de estabilizar a renda do produtor e os preços ao consumidor.

Além disso, uma nova linha especial de crédito destinada à avicultura de corte e suinocultura, em regime de parceria, permite a concessão de financiamentos até 30 de setembro de 2010. (*Débora Pinheiro*)

Leia as resoluções do CMN:

[Resolução Nº 3.711](#) que dispõe sobre a venda de contratos sobre a venda de contratos de opção de venda como instrumento de Política Agrícola.

[Resolução Nº 3.713](#) que altera prazos para renegociação da dívida rural.

[Resolução Nº 3.713](#) do CMN sobre linha de crédito para avicultura de corte e suinocultura.

Prazos para pagamento de operações de crédito rural são alterados – sítio eletrônico da CNA – 17/04/2009

Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou os prazos de vencimentos das operações de crédito rural referentes aos débitos de securitização, Recoop (voltado para cooperativas), débitos de operações do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé – Dação) e Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. A decisão, aprovada ontem (16/4), prorroga para 30 de junho deste ano a data final do pagamento das parcelas de 2008 referentes a estes débitos, bem como a liquidação total do saldo devedor destas operações ou a amortização mínima para redistribuição das outras prestações.

A regra vale apenas para quem aderiu ao processo de renegociação encerrado em dezembro do ano passado, no âmbito da lei 11.775, que definiu as condições para a regularização de vários tipos de passivos de produtores rurais. Para estas operações, o CMN também estipulou prazo até 31 de agosto para os bancos formalizarem estas renegociações. Os contratos referentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) também foram contemplados pela prorrogação de prazos. Os mutuários terão até 30 de junho para se tornarem adimplentes e quitar as parcelas de juros vencidas e os agentes financeiros terão até 31 de agosto para formalizarem as repactuações dos contratos.

Custeio

As operações de custeio prorrogadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com risco da União ou dos Fundos Constitucionais, também foram incluídas no voto aprovado pelo CMN. Os produtores que contrataram estas operações terão o mesmo prazo dos outros programas para se tornarem adimplentes, fazerem a amortização mínima ou liquidarem as dívidas com os descontos previstos na Lei 11.775, além de pagar a parcela que venceu em 2008.

Agronegócio terá crédito subsidiado de R\$ 12 bilhões – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2009

Bancos oficiais emprestarão a juros baixos para capital de giro e estocagem de álcool

Principais alvos serão os frigoríficos abalados pela crise e usinas de álcool que, com baixa nas exportações, sofrem no mercado interno

O governo anunciou ontem a liberação de R\$ 12,3 bilhões em empréstimos dos bancos oficiais para a agroindústria com juros subsidiados. Trata-se de mais uma tentativa de amenizar o problema da falta de crédito no mercado, reflexo do agravamento da crise. Apesar de estar disponível para todo o setor agrícola, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a intenção é atingir principalmente os frigoríficos, que têm enfrentado dificuldades com a crise. "Isso vai beneficiar fundamentalmente frigoríficos, mas também o setor de suinocultura, aves e carne bovina", afirmou. A decisão foi tomada em reunião extraordinária do CMN (Conselho Monetário Nacional), colegiado formado pelo presidente do Banco Central e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento.

Dos recursos anunciados pelo CMN, R\$ 10 bilhões serão destinados à agroindústria, incluindo fabricantes de máquinas agrícolas e cooperativas rurais. O prazo de pagamento será de dois anos, sendo que as parcelas só começam a vencer a partir do segundo ano, e os juros serão de 11,25% ao ano. A taxa cobrada pelo BNDES é inferior aos 12,75% ao ano do custo de captação do banco oficial. A diferença, que geraria perdas de aproximadamente R\$ 66 milhões, será coberta com um subsídio do Tesouro. Segundo Gilson Bittencourt, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a ideia é que as empresas do setor tomem esses empréstimos e os repassem a seus fornecedores, que normalmente são menores. "A melhor maneira de irrigar o mercado e fazer a roda andar é por meio do setor agroindustrial." Bittencourt não descartou, porém, a possibilidade de que grandes empresas do setor usem os recursos para compensar prejuízos que tenham tido nos últimos meses com operações no mercado de derivativos, já que não há nenhuma regra que obrigue essas companhias a

repassar parte do dinheiro a fornecedores.

Álcool

Além do novo programa de capital de giro para o setor agroindustrial, o CMN também aprovou a liberação de R\$ 2,3 bilhões para os produtores de álcool. Nesse caso, R\$ 1,3 bilhão virá do BNDES, e R\$ 1 bilhão, do Banco do Brasil. Os recursos serão suficientes para financiar a estocagem de 5 bilhões de litro de álcool, algo próximo de 10% da produção anual registrada no país. O objetivo é estimular a estocagem durante os períodos em que a oferta de álcool esteja alta, e os preços, baixos. O produtor recebe o empréstimo para adiar a venda do combustível para os períodos de entressafra, quando os preços sobem. Desde 2004, o governo não tem um programa oficial de estímulo à estocagem de álcool. A medida deve tirar do mercado 5 bilhões de litros de etanol, avalia o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Marcos Jank. O produto apresenta preços deprimidos há dois anos, diz. A situação gerou crise no setor sucroalcooleiro, que adia projetos de novas usinas. Após o "boom" do setor em 2006 e 2007, quando os EUA lançaram um megaprograma de etanol que previa inclusive a ampliação das importações do Brasil, a maré virou, as exportações não vieram e sobrou álcool no mercado brasileiro. Jank diz que o setor buscou financiamento no setor privado para controlar estoques, "mas a crise nos atrapalhou. As linhas de crédito se fecharam."

Governo anuncia socorro de R\$ 12,6 bilhões ao campo – Agnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios – 17/04/2009

A agroindústria em geral - sobretudo frigoríficos de bovinos, aves e suínos -, as fabricantes de máquinas e implementos agrícolas e as cooperativas agropecuárias foram socorridas pelo governo com a abertura de uma linha de financiamento de capital de giro de R\$ 10 bilhões no BNDES.

O anúncio foi feito na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, depois de uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Terão crédito com custo baixo. Custa 11,25% ao ano, com tudo incluso", prometeu. Ao todo o CMN aprovou cinco novas medidas de apoio ao setor, num valor total de R\$ 12,6 bilhões.

O secretário adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, esclareceu que não há limite por empresa tomadora, e o governo procurou irrigar esses segmentos com capital de giro porque haverá uma espécie de "efeito cascata" que deverá beneficiar pequenos produtores de todas as cadeias envolvidas.

O prazo para pagamento é de dois anos, com um ano de carência para a quitação do principal. A data limite para contratação é 31 de dezembro de 2009. O Tesouro entra com a equalização entre os custos de captação e os 11,25% cobrados dos mutuários.

Bittencourt alertou que o risco dessas operações é do banco e que, portanto, eventuais perdas com derivativos não impedem a contratação. Disse que, nesses casos, é preciso provar que a empresa é viável e que pode pagar. A Sadia, que perdeu R\$ 2,6 bilhões com derivativos cambiais, é uma das que podem se beneficiar com a linha. Não ficou claro se empresas em recuperação judicial têm a mesma sorte.

Otávio Cançado, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne Bovina (Abiec), disse que o pacote do governo de apoio à agroindústria "vai ajudar a restaurar a confiança no setor de carne bovina". Ele observou que a crise, que levou vários frigoríficos a pedirem recuperação judicial no país, reduziu a confiança dos pecuaristas em relação à capacidade de pagamento das empresas. O pacote pode reverter esse quadro e evitar que a situação de outros frigoríficos que também estejam em dificuldades se agrave, acredita o executivo.

Outro benefício do pacote, disse, é que permitirá a empresas que já têm todo seu limite de crédito tomado no sistema financeiro ter acesso a capital de giro no BNDES, banco de fomento com regras diferenciadas dos agentes comuns.

Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne Suína (Abipecs), mostrou ceticismo. "Ouço notícias de recursos desde dezembro. Espero que desta vez seja para valer", disse. Segundo ele, medidas como a anunciada sempre acabam esbarrando na operacionalização, nas garantias.

Outra decisão anunciada pelo CMN foi a criação de um programa de R\$ 2,3 bilhões para o financiamento de estocagem de cinco bilhões de litros de álcool etílico combustível. As beneficiadas são usinas, destilarias, cooperativas ou empresas de comercialização. No BNDES, o valor é de R\$ 1,3 bilhão e o restante R\$ 1 bilhão no Banco do Brasil, com recursos da poupança rural. Os juros são de 11,25% ao ano, fixos no período do contrato.

Para as empresas das regiões Centro-Sul e Norte, a contratação vai de abril a novembro deste ano, e os quatro pagamentos mensais começam em janeiro de 2010. No caso das empresas do Nordeste, a contratação vai de outubro de 2009 a fevereiro de 2010 e os pagamentos começam em maio. Para o Nordeste, foram reservados 10% dos recursos dessas linhas, proporcionais à produção local.

O CMN também definiu, no âmbito da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, normas sobre os contratos de opção de venda futura como instrumento de política agrícola. Foi regulamentado que é de 10% o adicional sobre o preço mínimo para estimular os mercados de alguns produtos agrícolas. Além disso, foi consolidado o texto da resolução que trata do tema.

No Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), o CMN elevou em R\$ 300 milhões os recursos para

capital de giro, a partir do remanejamento de outros programas de financiamento de investimento.

Os integrantes do CMN também regulamentaram os prazos para renegociação das operações de crédito rural no âmbito da Lei 11.775 de 17 de setembro de 2008. **(Colaborou Alda do Amaral Rocha, de São Paulo)**

Lula quer rapidez em crédito para agronegócio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2009

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem que os R\$ 12,3 bilhões em empréstimos dos bancos oficiais para a agroindústria seja liberado em até 30 dias. Ele se reuniu no Palácio da Alvorada com os ministros Reinold Stephanes (Agricultura) e Paulo Bernardo (Planejamento) e com o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine. Lula disse, segundo ministros, que está impaciente com a demora de o dinheiro ser disponibilizado e preocupado com a agroindústria.

O presidente determinou que, além do BNDES e do Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste também liberem recursos para empréstimo, a fim de que cheguem ao cliente rapidamente. "O presidente deixou claro que não estamos em período de normalidade e que temos de agir como se estivéssemos em guerra", disse Stephanes.

Segundo o ministro da Agricultura, Lula pediu ação imediata e disse que não quer mais reuniões para discutir o tema.

Socorro a agroindústria deve sair em até 60 dias – Valor Econômico – Agronegócio – 20/04/2009

O ministro da Agricultura Reinhold Stephanes disse, na sexta-feira, que a liberação de recursos do pacote de ajuda anunciado para as agroindústrias sairá em 30 a 60 dias. Na quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma linha de financiamento de capital de giro de R\$ 10 bilhões para socorrer agroindústrias, principalmente frigoríficos, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

Stephanes reuniu-se na sexta-feira com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar da agilização dos procedimentos para que os recursos cheguem aos interessados, informou o Ministério da Agricultura em nota.

O ministro afirmou, conforme comunicado, que os métodos operacionais têm que se adequar ao momento que o Brasil está vivendo. "Temos uma agricultura produzindo e um

mercado querendo consumir, tanto o interno quanto externo. Os técnicos deverão apresentar ao presidente Lula tudo o que está sendo operacionalizado para que, no prazo de 30 a 60 dias, os recursos estejam fluindo de forma satisfatória", disse Stephanes.

O pacote do governo tem como alvo principalmente os frigoríficos de carnes bovina, de aves e suínas, que vêm enfrentando dificuldades por conta da queda das exportações após o recrudescimento da crise financeira global. Uma fonte de uma grande agroindústria disse que a linha de capital de giro "interessa a todos, que estão pagando mais juros mais altos" no momento.

0 Agronegócio terá pacote de ajuda de R\$ 10 bilhões – João Domingos – Estado de São Paulo – Economia – 22/04/2009

Lula deve anunciar nesta quinta-feira uma linha de financiamento, por meio do Banco do Brasil e do BNDES, que vai beneficiar principalmente os frigoríficos

Brasília - 16/04/2009 - O governo federal vai lançar nesta quinta-feira um pacote de ajuda à agroindústria. Por intermédio do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), deve ser criada uma linha de crédito de R\$ 10 bilhões para o setor melhorar seu capital de giro.

As taxas de juros serão especiais, muito menores do que as que são oferecidas hoje pelo mercado, informou um auxiliar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente tem pressa em definir logo as regras para a ajuda à agroindústria, no momento em dificuldades por causa da queda das exportações, causada pela crise global. O setor que mais sentiu o impacto da crise foi o da pecuária. Frigoríficos têm sido fechados seguidamente e outros estão em dificuldades financeiras. As perspectivas são de novas demissões na indústria da carne.

Na correria para resolver os problemas da falta de crédito para a agroindústria, o presidente Lula convocou para hoje à tarde uma reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Planejamento, Paulo Bernardo, além do presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine.

De acordo com auxiliares de Lula, o presidente quer anunciar hoje o valor da ajuda ao setor da agroindústria. A proposta a ser levada pelos ministros será de R\$ 10 bilhões.

Na semana passada, Lula conversou com Stephanes, Bernardo e Mantega e disse que não via por que não criar logo uma linha de crédito e capital de giro para a agroindústria. "Há mercado interno e externo, e os produtores continuam trabalhando. O que eles precisam é ter acesso a crédito e capital de giro", disse Lula aos ministros.

Logo em seguida, o presidente disse a eles que queria dentro de uma semana uma solução para o setor. O prazo termina hoje.

Do Rio de Janeiro, onde participou ontem da abertura do Fórum Econômico Mundial na América Latina, Lula tornou a cobrar dos ministros se já tinham a solução para apresentar à agroindústria. Disseram que sim. Só falta definir a taxa de juros dos empréstimos subsidiados.

FRIGORÍFICOS

A situação dos frigoríficos hoje é muito ruim. Muitos precisam mais do que capital de giro. Como a Perdigão anunciou que não comprará os que estão falindo ou se encontram em grandes dificuldades, a solução para o setor da carne ficou mais difícil.

Uma das soluções pensadas para os frigoríficos poderá sair da forma como são tributados. Numa visita à Câmara dos Deputados, ontem, Mantega disse que o governo está estudando uma "mudança na estrutura tributária" dos frigoríficos, com alívio da carga de impostos.

O ministro disse ainda que há uma disputa de interesses entre os grandes e os pequenos, mas o governo encontrará uma forma de contentar a todos.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que não participará da reunião de hoje com o presidente Lula, quer pôr no pacote de ajuda aos frigoríficos medidas relacionadas com a preservação do meio ambiente.

Poderá ser incluída a exigência de que só receberão ajuda os que se comprometerem a não comprar gado criado ilegalmente em áreas de proteção ambiental.

Definidos critérios de socorro à agroindústria – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 23/04/2009

O governo definiu alguns critérios internos para a concessão de empréstimos dentro do pacote de R\$ 10 bilhões anunciado na semana passada para injetar capital de giro em agroindústrias, sobretudo frigoríficos e usinas de álcool, e cooperativas rurais.

Os bancos operadores da nova linha de crédito, lastreada em recursos do BNDES, têm uma recomendação oficial para serem mais agressivos na oferta de crédito, mas dentro das "margens técnicas" fixadas pelas regras atuais. Há, ainda, um veto do governo a empréstimos para quitação de dívidas bancárias.

A orientação é usar a linha somente para reforçar o caixa de empresas e cooperativas, garantindo o pagamento de fornecedores de matéria-prima, como pecuaristas e produtores de cana, e de direitos trabalhistas. Assim, ficaria garantida a irrigação do crédito aos elos mais fracos da cadeia produtiva. Além disso, as operações das sociedades candidatas ao novo crédito deverão ser suficientes para garantir o pagamento de dívidas de longo prazo, segundo recomendação oficial.

A equipe econômica do governo estabeleceu que a renovação de linhas de crédito em bancos privados serão um critério importante para decidir eventuais empréstimos com risco de instituições públicas. Se os privados permanecerem no negócio, os bancos públicos poderiam entrar de forma mais agressiva. Os empréstimos pela nova linha também levarão em conta questões concorrenciais. O governo quer evitar complicações com julgamentos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em eventuais fusões ou aquisições.

Para fechar operações, os bancos devem solicitar garantias reais aos potenciais beneficiários dos empréstimos, que terão juros mais baixos, subsidiados pelo Tesouro Nacional. Estoques e propriedades parcialmente hipotecadas podem ser usados.

Os bancos estudam a redução do chamado adiantamento sobre garantia, que poderia facilitar as operações ao exigir uma contrapartida menor para os empréstimos. Ao invés de pedir garantia de R\$ 2 para cada real financiado, os bancos poderiam, por exemplo, reduzir a exigência a R\$ 1,50. O Banco do Brasil, avalia-se no governo, deve financiar ao menos R\$ 5 bilhões da linha.

As instituições financeiras começaram a levantar informações sobre a carteira de credores de algumas empresas, além da situação trabalhista e de eventuais planos de demissão. Em duas semanas, alguns bancos esperam ter um retorno das avaliações iniciais das empresas e cooperativas candidatas ao crédito. Os juros dos empréstimos serão de 11,25%. Serão cobrados "spreads" (diferença de custos de captação e empréstimo) de 3% pelos bancos operadores e de 1% pelo BNDES.

Agrishow começa com boicote e crítica ao sistema de crédito rural – Roberto Madureira
– Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/04/2009

Montadoras de tratores querem que feira em Ribeirão Preto se torne bienal

A abertura oficial ontem da 16ª Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), em Ribeirão Preto, foi marcada por críticas aos sistemas de crédito e seguro rural oferecidos pelos governos estadual e federal.

O governador José Serra (PSDB), que participou da abertura oficial do evento, anunciou a criação de um seguro de renda para pequenos e médios produtores de milho, feijão, café, soja e gado.

O plano, que passa por aprovação jurídica, deve subsidiar 50% do valor do prêmio pago pelos produtores no momento da consolidação de venda ou compra no mercado futuro.

O presidente da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo), Braz Albertini, que representa trabalhadores e agricultores familiares, também criticou o atual modelo de incentivo à agricultura.

"A Agrishow, como termômetro do agronegócio, mostra que não há estabilidade para o setor rural. É necessária a criação de subsídios mais fortes, que atendam a todos os setores da agricultura", afirmou.

Segundo a organização da feira, é esperada a realização de negócios na ordem de R\$ 800 milhões, mesmo faturamento do ano passado.

Os expositores, que diminuíram de 745 para 725, mostram-se pessimistas. No primeiro dia aberta à visitação, a feira apresentou público considerado baixo, segundo os responsáveis pelos estandes das principais empresas. A organização da feira, que espera receber o mesmo número de visitantes do ano passado (140 mil), não forneceu dados oficiais.

A edição 2009 da feira tem boicote de cinco das principais montadoras de tratores do mundo, ligadas à Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) -Case, New Holland, Valtra, John Deere e Massey Ferguson. As empresas querem que o evento se torne bienal.

Na edição passada, elas representaram 15% do faturamento do evento.

BNDES e BB se preparam para demanda de usinas – Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009

O BNDES e o Banco do Brasil começam a se preparar para atender à demanda por financiamento, a juros fixos, para a estocagem de cerca de 5 bilhões de álcool etílico combustível. Juntos, os bancos dispõem de R\$ 2,3 bilhões para financiar os estoques de álcool com juros de 11,25% ao ano, dos quais R\$ 1,3 bilhão são do BNDES e R\$ 1 bilhão do BB. Mas a oferta de recursos no Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS) poderá superar o total previsto.

José Carlos Vaz, diretor de agronegócios do BB, afirmou que, se a demanda de empréstimos aprovados dentro do PASS superar R\$ 1 bilhão, o banco terá como atender. Segundo ele, o BB já tinha contratado operações por R\$ 250 milhões, do total de R\$ 1 bilhão, com taxas pós-fixadas, e agora vai trocar essa taxa pós-fixada pela taxa pré-fixada de 11,25%.

Vaz espera que o saldo para completar R\$ 1 bilhão seja contratado em dois meses. O BNDES também trabalha para atender à demanda. O banco distribuiu, na sexta-feira, carta circular a seus agentes financeiros informando-os sobre as condições do PASS. A operacionalização do programa, pelo BNDES, depende de publicação de uma portaria sobre equalização por parte do Tesouro.

O Tesouro fará a equalização para cobrir a diferença entre o custo de captação do BNDES (mais a margem do banco e do agente na operação) e os 11,25% que serão cobrados no âmbito do PASS. Nas atuais condições, o custo para o Tesouro com a equalização seria de 1,5%. No caso do BB, a equalização não será necessária porque a fonte dos recursos será a poupança rural.

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes, superintendente da área de operações indiretas do BNDES, disse que o programa permitirá aos produtores não despejar o álcool no mercado de uma só vez. Ele afirmou que a iniciativa beneficiará empresas das regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, além de Ceará, Maranhão, Piauí e sul da Bahia, áreas onde a moagem da cana começa em abril. Entre a data da contratação do financiamento e 15 de dezembro, não haverá pagamento de juros. Os juros serão pagos com o principal e a amortização se dará em quatro parcelas: a primeira em 15 de janeiro e a última em 15 de abril de 2010.

Para os beneficiários de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e o resto da Bahia, cuja moagem começa em setembro, não haverá pagamento de juros entre a contratação do empréstimo e 15 de abril de 2010. Os juros serão pagos com o principal em quatro parcelas, sendo a primeira em 15 de maio e a última em 15 de agosto de 2010. O estoque servirá de garantia pelo empréstimo. Num financiamento de R\$ 100 mil, por exemplo, o contratante terá de deixar R\$ 150 mil em garantias tendo como referência o litro do álcool a R\$ 0,70.

Moraes disse que ainda esta semana o BNDES deve distribuir aos agentes carta circular sobre as condições do Programa de Crédito Especial Rural (Procer), outro programa lançado pelo governo para financiar agroindústrias, cooperativas agrícolas e fabricantes de máquinas e equipamentos. O Procer dispõe de R\$ 10 bilhões a serem financiados pelo BNDES com taxa fixa de 11,25% ao ano. O prazo para pagamento será de 24 meses com até 12 meses de carência. O BB também prospecta clientes nesta frente.

Empresas encontrarão barreiras – Monica Scaramuzzo - Valor Econômico –
Agronegócios – 28/04/2009

As usinas sucroalcooleiras, sobretudo as de pequeno e médio portes, poderão ter dificuldade para obter o financiamento do BNDES para estocar a produção de álcool, segundo analistas ouvidos pelo Valor.

"A tendência é de que os grandes grupos consigam os recursos para estocar sua produção durante a entressafra", afirmou uma fonte. Essas mesmas empresas deverão comprar álcool mais barato das pequenas e médias usinas para negociar no mercado, afirmou a mesma fonte.

Altamente endividadas, parte das usinas do setor não tem condições de apresentar a certidão negativa de débitos, necessária para a obtenção da linha de crédito junto ao BNDES.

A situação será pior também para as unidades recém-construídas no país, sobretudo na região do Centro-Oeste. As novas unidades foram construídas apenas como destilarias autônomas, ainda sem investimentos em usina de açúcar. Sem ter como diversificar a produção, boa parte dessas usinas terá apenas o álcool como receita durante esta safra, segundo analistas de mercado.

Atualmente, o açúcar tem remunerado mais que o álcool em mais de 80%. A expectativa é de que os preços do álcool voltem a ficar mais firmes a partir do fim do primeiro semestre deste ano. "O álcool vai continuar muito competitivo para o consumidor nesta safra", afirmou Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro.. "O açúcar deverá gerar capital de giro para estocar o etanol."(MS)

Novos prazos para renegociação das operações de crédito rural – Sítio Eletrônico da
CNA – 30/04/2009

Em função da publicação da Lei 11.922, de 2009, das Resoluções 3702 e 3712, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução 594/2009, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador (CODEFAT), e da Portaria 643/2009, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foram feitas algumas alterações para a renegociação de dívidas decorrentes de operações de crédito rural, aplicadas aos produtores rurais que protocolizaram pedido de adesão até 12 de dezembro de 2008.

Securitização I
 O novo prazo para liquidar a operação ou realizar a amortização mínima exigida para a renegociação, sem prejuízo dos bônus previstos na Lei 11.775, de 2008, é até o dia 30 de junho de 2009. As instituições bancárias terão até o dia 31 de agosto para formalizar a renegociação (Resolução CMN 3712).

Securitização II
 O novo prazo para liquidar a operação ou realizar a amortização mínima exigida para a renegociação, sem prejuízo dos bônus previstos na Lei 11.775, de 2008, é até o dia 30 de junho de 2009. As instituições bancárias terão até o dia 31 de agosto para formalizar a renegociação (Resolução CMN 3712).

Programa de Saneamento de Ativos (PESA)
 O novo prazo para o produtor rural pagar as parcelas de juros vencidas e habilitar-se à redução da taxa de juros é até o dia 30 de junho de 2009. As instituições bancárias terão até o dia 31 de agosto para formalizar a renegociação (Resolução CMN 3712).

Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP)
 O novo prazo para liquidar a operação ou realizar a amortização mínima exigida para a renegociação, sem prejuízo dos bônus previstos na Lei 11.775, de 2008, é até o dia 30 de junho de 2009. As instituições bancárias terão até o dia 31 de agosto para formalizar a renegociação (Resolução CMN 3712).

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)
 O vencimento da primeira parcela das operações repactuadas será em 2009, desde que o produtor rural tenha manifestado o interesse em renegociar dentro do prazo de 12 de dezembro de 2008 (Lei 11.922, de 2009). O novo prazo para liquidar a operação ou realizar a amortização mínima exigida para a renegociação, sem prejuízo dos bônus previstos na Lei 11.775, de 2008, é até o dia 30 de junho de 2009.

É facultada ao produtor rural adimplente a realização do pagamento das parcelas em equivalência produto, até a data do vencimento, no local e nas condições especificadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A conversão do valor a ser pago será realizada através da divisão do valor da parcela atualizada pelo preço mínimo vigente na data do pagamento (Lei 11.922, de 2009).

As instituições bancárias terão até o dia 31 de agosto para formalizar a renegociação (Resolução CMN 3712).

Para o produtor que tem dívidas de Cédula de Produto Rural (CPR), foi ampliado, para 30 de setembro, o prazo para contratação da linha de financiamento destinada à liquidação destes débitos (Resolução CMN 3720).

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana

Foram incluídas na renegociação as operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Tesouro da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A., desde que não tenham sido objeto de renegociação anterior. O novo prazo para liquidação e/ou renegociação das operações de todas as Etapas do Programa (1 a 4) e das operações de financiamento do CTN é 30 de junho de 2009. Foram alteradas as condições de refinanciamento do saldo devedor, com a inclusão das operações com risco compartilhado.

Operações Transferidas à Dívida Ativa da União (DAU)

Os produtores rurais que desejarem liquidar e/ou renegociar o saldo devedor inscrito na DAU até 29 de maio de 2009 deverão formular pedido junto ao Banco do Brasil, na central de atendimento pelos telefones: nas capitais e regiões metropolitanas: 4003 0494 e nas demais localidades: 0800 880 0494.

No caso da liquidação, as solicitações poderão ser realizadas também nas unidades estaduais da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O prazo para liquidação é até 30 de dezembro de 2009. Já o prazo para renegociação termina em 30 de junho de 2009.

Fundo Constitucional de Financiamento

As operações de custeio ou investimento dos Fundos Constitucionais de Financiamento poderão ser renegociadas até 15 de maio de 2009. Esta mesma data foi estabelecida para a amortização mínima exigida pela Lei 11.775, de 2008, e para a formalização da renegociação junto à instituição financeira.

Fundo Constitucional de Financiamento – Região de Abrangência da SUDENE

O prazo de pagamento das operações contratadas com valor entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil, contadas a partir da data de repactuação, é de 10 anos. O primeiro vencimento, conforme a Resolução CMN 3712, está agendado para 31 de outubro de 2009.

Operações do FAT Giro Rural

Através da Resolução 594/2009, o CODEFAT normatizou a renegociação do saldo devedor das operações do FAT Giro Rural, que poderão ser renegociadas para pagamento em sete anos, incluindo dois anos de carência. O prazo para renegociação é até 15 de maio de 2009.

Finame Agrícola Especial - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)

O mutuário que renegociar sua dívida de investimento com amparo na Lei 11.775, de 2008, ficará impedido, até que liquide integralmente a operação, de contratar novo financiamento com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional ou com recursos controlados do

crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento. No entanto, esta regra não é válida nos seguintes casos: obras destinadas à irrigação, drenagem, proteção e recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinocultura, florestamento e reflorestamento. No ato da contratação de um novo financiamento, o produtor deverá apresentar declaração de que não possui dívida renegociada ao amparo da Lei 11.775, de 2008 (Resolução CMN 3712). O prazo para amortização do percentual mínimo exigido para renegociação e/ou contratação de linha de crédito para refinanciá-la é até 15 de maio de 2009. As instituições bancárias têm o mesmo prazo para formalizar a renegociação.

A resolução 3702 também autoriza a prorrogação das parcelas de investimento relativas a 2008, vencidas no período de 15 de outubro de 2008 a 14 de maio de 2009.

*O software Agrilac 1.0 já está adaptado para simular os valores a serem liquidados e/ou renegociados com base na Lei 11.775, de 2008. Procure o seu Sindicato Rural.

Agricultores familiares vão às ruas e reivindicam garantia de renda e renegociação de dívidas - Sítio Eletrônico da Fetraf – 30/04/2009

Cerca de 15 mil agricultores familiares realizaram protestos com fechamento de rodovias, caminhadas e audiências nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, nesta quinta-feira (30), durante a V Jornada Nacional de Lutas realizada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul). Entre as principais reivindicações está a renegociação de dívidas do setor devido ao período de estiagem e a garantia de preços mínimos para comercialização.



Com a demonstração de força que os agricultores familiares deram nesta quinta-feira o governo federal agendou um audiência em Brasília para a próxima terça-feira (5)

com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Secretaria Geral de Governo. "Temos um conjunto de proposições que visam o desenvolvimento estratégico, solidário e sustentável da agricultura familiar, mas frente às crises atuais que afetam a todos temos propostas que visam estabilizar a situação das nossas famílias no campo", destaca o coordenador geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli

A Fetraf-Sul também quer a unificação e renegociação dos contratos de todas as dívidas com três anos de carência, até 10 anos para pagamento com juros Zero e para os agricultores que sofreram perdas devido à estiagem e uma bolsa para manutenção da família por seis meses, com um salário mínimo por mês.

Rio Grande do Sul:

Erechim: No início da manhã dois mil manifestantes trancaram por cerca de uma hora a BR 153 que liga Erechim a Passo Fundo e à Santa Catarina. Depois, caminharam cerca de 3 km até a Praça da Bandeira e realizaram um ato político com a presença de lideranças e prefeitos da região. À tarde os agricultores entregaram a pauta de reivindicações nas agências do Banco do Brasil e do Banrisul.

Sarandi: Dois mil agricultores fecharam o trevo da BR 386 no acesso a Palmeira das Missões durante duas horas. De tarde os manifestantes fizeram uma caminhada até o centro da entregaram a pauta no Banco do Brasil. **Sananduva:** 1.500 agricultores mantiveram fechada, durante uma hora, a BR 153 no acesso a Lagoa Vermelha. Pela tarde foi entregue a pauta de reivindicações ao Banco do Brasil e de forma simbólica os agricultores fizeram o pagamento das dívidas de financiamento

Ipê: Uma audiência pública aconteceu no Sintraf reuniu 200 pessoas e debateu os principais pontos da pauta de reivindicações

Santa Catarina:

São Carlos: 600 agricultores fecharam durante mais de uma hora a Ponte do rio Chapecó que liga a Seara e fizeram um grande ato público que reuniu prefeitos da região, vereadores, deputados que demonstraram seu apoio às reivindicações do setor.

Concórdia: Durante uma hora, 600 manifestantes fecharam a rodovia que dá acesso a Ipumirim e permaneceram no local até a tarde.



Lages: cerca de 100 pessoas estiveram em reunião para debater as questões da pauta e pela tarde entregaram na Secretaria de Desenvolvimento Regional a pauta de reivindicações do setor.



São Miguel do Oeste: Foram 1.600 agricultores que pela manhã realizaram um ato público na BR 282 e a tarde entregaram a pauta de reivindicações em uma audiência na Secretaria Regional do Estado de SC.

Quilombo: 1.200 pessoas fecharam a rodovia durante mais de uma hora e à tarde entregaram a pauta de reivindicações em uma audiência na Secretaria Regional do Estado de SC.

Paraná:



Francisco Beltrão: Mais de dois mil manifestantes fizeram uma caminhada em protesto saindo do município de **Marmeleiro** até Francisco Beltrão onde foi realizado um ato público e os agricultores distribuíram feijão aos moradores como forma de protesto ao preço. No período da tarde os agricultores participam da audiência Pública promovida pela Assembléia Legislativa do Paraná sobre “Legislação Ambiental e Agricultura: procedimentos e alternativas”.

PRINCIPAIS PONTOS:

Renegociação de dívidas:

- Unificação e renegociação dos contratos de todas as dívidas com três anos de carência, até 10 anos para pagamento com juros Zero.

- Para os agricultores que sofreram perdas devido à estiagem, uma bolsa para manutenção da família por seis meses, com um salário mínimo por mês.

Garantia de renda:

- Que sejam estruturadas políticas direcionadas ao meio rural, pra além da produção e que estimulem as boas práticas ambientais como a preservação da água, do solo, das florestas nativas, da biodiversidade, da produção sem agroquímicos e qualquer outro poluente.

- Implantação de uma política de garantia de renda para os agricultores que estejam vinculados ao Pronaf Sistêmico e tenham produção diversificada. Além de outras políticas associadas deve-se garantir rebote nos financiamentos. A proposta é e 30% de rebote nos financiamentos.

Meio ambiente:

- Criar linhas de crédito subsidiadas para estimular e permitir a recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, recuperação de fontes d'água.

- Também instituir um "Fundo de Compensação", de caráter permanente, para remuneração aos agricultores familiares que preservarem as APP's e a Reserva Legal, como mecanismo de compensação financeira pelas áreas que deixaram de produzir.

- Em relação à Legislação Ambiental, a Fetraf propõe que os agricultores familiares tenham tratamento especial e diferenciando dos grandes produtores, com linhas de créditos subsidiados para garantir a sustentabilidade ambiental sem diminuir a renda das famílias.

Garantia de Preços:

- Qualificar o programa de garantia de preços (PGPAF), incluindo novos produtos, cálculos de custo de produção por estado e revisão adequada da metodologia de cálculo dos custos de produção, aproximando-a mais da realidade.

- Estender a garantia de preços aos agricultores que não fizeram financiamentos de investimentos e custeio, criando um mecanismo que vincule às pequenas cooperativas exclusivamente de agricultores familiares. A Fetraf propõe um garantia de uma renda real de 30% acima do custo de produção.

Atualizado em (04-Mai-2009)

Agricultores pedem financiamento de safra – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/04/2009

Confederação de trabalhadores do campo também pede reforma agrária e mudanças em regras ambientais

A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura) entregou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um documento com a pauta de reivindicações que integrarão a edição deste ano do Grito da Terra Brasil. O ato deve ocorrer no fim de maio, em Brasília. O documento, com 203 itens, tem como principais pontos a defesa da reforma agrária, a

institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar e as mudanças na legislação ambiental.

Depois da audiência, da qual participaram também o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da República, o presidente da entidade, Alberto Broch, defendeu a ampliação dos recursos para financiamento da safra como forma de estimular a economia local das pequenas e médias cidades.

"Queremos que os recursos do Pronaf possam contribuir para aumentar a renda da agricultura familiar, pois só a soja tem, atualmente, preço acima dos custos de produção", disse Broch, que pede R\$ 22 bilhões para o Plano Safra 2009/ 2010. De acordo com Broch, é preciso um aprofundamento do Plano Nacional de Reforma Agrária e a atualização dos índices de produtividade rural. "Se não tomarmos essas medidas, a própria legislação vigente vai inviabilizar qualquer tipo de reforma agrária no país", afirmou Broch em nota. Ainda segundo a entidade, Lula não garantiu que vá atender a todas as reivindicações, mas afirmou que a entidade terá motivos para comemorar no fim das negociações.

Grito da Terra tem 200 reivindicações em pauta – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Política – 30/04/2009

A nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) apresentou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva os 200 pontos da pauta de reivindicações do Grito da Terra 2009. O evento está marcado para os dias 26 e 27 de maio. Entre os principais pedidos, os trabalhadores rurais querem R\$ 22 bilhões para o plano safra 2009 e a agricultura familiar; a aceleração no projeto de assentamentos rurais; a transformação em projeto de lei da medida provisória que trata da regularização fundiária; e a criação do índice de produtividade, para dar a certeza ao movimento de quais fazendas poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária.

O novo presidente da Contag, Alberto Broch, disse que muitos avanços foram conquistados durante o governo Lula, mas insuficientes para esgotar as pautas de reivindicações. Ao pedir R\$ 22 bilhões de financiamento para o setor, Broch acrescentou que a medida não visa apenas garantir investimentos para o plantio mas, especialmente, garantir a renda para o agricultor familiar. "Temos problema para assegurar a renda destes trabalhadores. Precisamos também melhorar a assistência técnica em nossos assentamentos", defendeu Broch.

O presidente da Contag afirmou ainda que o governo precisa avançar em um planejamento global para a reforma agrária no país e promover reformulações ambientais que facilitem o processo de assentamento. "Concordamos com algumas áreas que hoje são definidas como áreas de preservação ambiental. Mas o setor tem algumas legislações que datam de dez anos atrás, completamente inadequadas à nova realidade do campo", declarou

Broch. Os trabalhadores rurais também querem a revogação da MP que impede a reforma agrária em áreas invadidas por trabalhadores rurais.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, presente na audiência, declarou que a intenção do governo é apresentar respostas ao movimento no final do mês de maio, quando está prevista a realização do Grito da Terra, em Brasília. Cassel foi cauteloso em relação ao montante financeiro solicitado pela Contag, alegando que qualquer previsão orçamentária precisa ser debatida também com os ministérios do Planejamento e da Fazenda.

O ministro descartou a possibilidade de revogação da medida provisória que estabelece novas regras para a Regularização Fundiária. Não aceitou também sua respectiva transformação em projeto de lei. Cassel encontrou-se novamente, na tarde de ontem, com os diretores do movimento para dirimir dúvidas e resolver pendências. "Encaminhamos este assunto em formato de medida provisória justamente para que ele tramite em regime de urgência", justificou o ministro. Para Cassel, transformar a MP em Projeto de Lei atrasaria o processo de reforma agrária no país e estimularia a grilagem de terras.

"Não podemos esperar dois, três anos para os parlamentares aprovarem um projeto de lei. O que acredito é que há um processo de desinformação sobre o assunto", espera o ministro do Desenvolvimento Agrário.

BNDES detalha linhas para o setor rural – Rafael rosas – Valor Econômico – Agronegócios – 30/04/2009

O BNDES formatou quatro programas para minimizar os efeitos da crise econômica internacional sobre empresas, cooperativas e Estados da federação. O presidente da instituição, Luciano Coutinho, revelou que o banco de fomento vai destinar R\$ 2 bilhões para o Programa de Capitalização de Cooperativas de Produção (Procap), que financiará a compra de cotas-partes de cooperativas com mais de um ano de atividade.

Os limites de financiamento serão de R\$ 15 mil para pessoas físicas cooperadas e de R\$ 200 milhões para os cooperados pessoa jurídica. A taxa de juros para essa modalidade será de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que está atualmente em 6,25% ao ano, mais 4%, já incluída a remuneração do agente financeiro. A carência será de um ano e o prazo total de até 10 anos.

Coutinho também deu detalhes do Programa de Crédito Especial Rural (Procer). Nele, as fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias contarão com R\$ 10 bilhões e taxas fixas de 11,25% ao ano para financiar o capital de giro e aumentar a competitividade afetada pelo agravamento da crise financeira internacional.

As empresas interessadas em operações superiores a R\$ 30 milhões poderão negociar diretamente com o banco de fomento, enquanto as demais deverão buscar os agentes financeiros credenciados pelo BNDES. A taxa de juros de 11,25% ao ano inclui a remuneração do agente financeiro e o prazo total de pagamento é de 24 meses, com 12 meses de carência. O limite de financiamento será de R\$ 200 milhões por CNPJ ou 20% da receita operacional bruta, o que for menor.

Já o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (Pass) financiará a estocagem de álcool etílico combustível pelas empresas do setor. A dotação orçamentária é de R\$ 1,31 bilhão, com taxas fixas de 11,25% ao ano, já incluída a remuneração do agente financeiro. O limite será o mesmo do Procer, de R\$ 200 milhões ou 20% da receita operacional bruta, o que for menor.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

